

**NU FINANCEIRA S.A. – Sociedade de
Crédito, Financiamento e Investimento**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da administração

A administração da Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição" ou "Nu Financeira") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Instituição relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 12 de junho (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

O Nubank ("Nu Pagamentos S.A." - grupo controlador da Nu Financeira) surgiu para devolver às pessoas o controle sobre a sua vida financeira. Para dar mais um passo na luta contra a complexidade atual no sistema financeiro brasileiro, iniciamos as operações da Nu Financeira em 2018.

O principal produto da Nu Financeira é o empréstimo Nubank, que será ofertado a seus clientes através do aplicativo Nubank, possibilitando o controle de todo o fluxo de empréstimo via smartphone de um jeito simples e transparente.

Em 31 de dezembro de 2018, a Instituição possuía patrimônio líquido de R\$77 milhões e apresentou prejuízo para o exercício no montante de R\$2 milhões em função do baixo nível de atividades operacionais devido as operações iniciadas apenas em dezembro de 2018.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 28 de março de 2019

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Nu Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nu Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e para o período de 12 de junho (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2018, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.\

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nu Financeira S.A. - SCFI em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e para o período de 12 de junho a 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo Cruz Bassi
Contador CRC 1SP261156/O

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018
Total do ativo circulante		<u>83.347</u>
Disponibilidades	4	234
Títulos e valores mobiliários	5	81.221
Carteira própria		81.221
Outros créditos	6	1.892
Diversos		1.892
Total do ativo		<u><u>83.347</u></u>
Passivos	Nota	2018
Total do passivo circulante		<u>1.856</u>
Outras obrigações	8	1.856
Fiscais e previdenciárias		105
Diversas		1.751
Total do passivo exigível a longo prazo		<u>3.719</u>
Recursos de aceites e emissão de títulos	7	3.719
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		3.719
Patrimônio líquido	9	<u>77.772</u>
Capital social de domiciliados no país		80.000
(-) Prejuízo acumulado		(2.228)
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>83.347</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 12 de junho de 2018 (início das atividades) a 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	
		Semestre	12/06/2018 a 31/12/2018
Receitas da intermediação financeira		2.101	2.101
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5b	2.101	2.101
Despesas da intermediação financeira		(6)	(6)
Operações de captação no mercado	7b	(6)	(6)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.095	2.095
Outras receitas/despesas operacionais		(5.793)	(5.807)
Despesas de pessoal	10	(5.671)	(5.671)
Outras despesas administrativas	11	(21)	(35)
Despesas tributárias	12	(101)	(101)
Resultado operacional		(3.698)	(3.712)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(3.698)	(3.712)
Imposto de renda e contribuição social		1.484	1.484
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13b	1.484	1.484
Prejuízo líquido		(2.214)	(2.228)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 12 de junho de 2018 (início das atividades) a 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 12 de junho de 2018 (início das atividades)		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Subscrição de capital	9	80.000	-	80.000
Prejuízo do exercício		-	(2.228)	(2.228)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		<u>80.000</u>	<u>(2.228)</u>	<u>77.772</u>
Saldo em 30 de junho de 2018		<u>80.000</u>	<u>(14)</u>	<u>79.986</u>
Prejuízo do semestre		-	(2.214)	(2.214)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		<u>80.000</u>	<u>(2.228)</u>	<u>77.772</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 12 de junho de 2018 (início das atividades) a 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	
		Semestre	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período		(2.214)	(2.228)
Ajustes para:			
Ativo fiscal diferido		(1.484)	(1.484)
Rendimento de aplicações em títulos e valores mobiliários		(2.101)	(2.101)
Resultado ajustado		(5.799)	(5.813)
Varição de ativos e passivos operacionais			
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		3.719	3.719
Aumento de outros créditos		(148)	(148)
Aumento de outras obrigações		1.842	1.856
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais		(386)	(386)
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de títulos e valores mobiliários, exceto para negociação		(81.950)	(81.950)
Venda/resgate de títulos e valores mobiliários, exceto para negociação		2.570	2.570
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(79.380)	(79.380)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	80.000
Fluxo de caixa decorrente de atividades de financiamento		-	80.000
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		80.000	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	17a	234	234
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(79.766)	234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras para o semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e para o período de 12 de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Nu Financeira S.A. - SCFI (“Instituição” ou “Nu Financeira”) é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 120 – São Paulo – Brasil. A Nu Financeira tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

A Nu Financeira foi constituída em 28 de fevereiro de 2018, iniciando suas atividades pré-operacionais em 12 de junho de 2018 e autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 23 de novembro de 2018, de acordo com a publicação no diário oficial. A Nu Financeira é uma instituição controlada pela Nu Pagamentos S.A. e foi constituída com objetivo de oferecer novos produtos para os clientes da marca Nubank.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 a Nu Financeira encontra-se em fase pré-operacional, seu plano de negócio prevê a realização de operações de crédito direto ao consumidor (CDC) aos clientes portadores de contas de pagamento (Nu Conta) juntamente a Nu Pagamentos S.A., bem como, oferta de novos produtos que resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Instituição.

2 Base de preparação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2019.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no semestre e período apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do semestre a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira, e aplicações em operações compromissadas e em títulos privados, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo, e não para outros propósitos de investimento ou financiamento.

c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Instrumentos financeiros derivativos: a avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

d. Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Outros Créditos - Diversos”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

4 Disponibilidades

	<u>2018</u>
Banco - conta movimento	229
Depósitos em moeda eletrônica	5
Total	<u>234</u>

5 Títulos e valores mobiliários

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

Disponível para venda

	<u>2018</u>	
	Sem vencimento	Valor de mercado
Cotas fundos de investimento	81.221	81.221
Total	<u>81.221</u>	<u>81.221</u>

Refere-se à aplicação em cotas de fundo de investimento não exclusivo. O valor de mercado dessas aplicações é apurado com base no valor da cota divulgado pelos

administradores dos fundos. Essas aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante os semestre e período findos em 31 de dezembro de 2018.

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	<u>2018</u>
Rentabilidade de cotas de fundos de investimento	2.101
Total	<u>2.101</u>

6 Outros créditos

a. Composição de outros créditos

	<u>2018</u>
Crédito tributário (nota 13a)	1.484
Impostos e contribuições a compensar	148
Diversos	260
Total	<u>1.892</u>

7 Recursos de aceites e emissão de títulos

a. Abertura por vencimento

	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>Total 2018</u>
Recursos de aceites cambiais (i)	3.719	3.719
Total	<u>3.719</u>	<u>3.719</u>

(i) O saldo acima refere-se a letras de câmbio emitidas em dezembro de 2018, remuneradas a 119% do CDI.

b. Despesas com operações de captação no mercado

2018

Recursos de aceites cambiais	(6)
Total	(6)

8 Outras obrigações

	<u>2018</u>
Provisão para pagamentos a efetuar - fornecedores diversos	1.537
Fiscais e previdenciárias	319
Total	<u>1.856</u>

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Instituição é de R\$80.000, e está representado por 80.000.001 ações ordinárias, sem valor nominal, subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

10 Despesas de pessoal

	<u>Semestre</u>	<u>12/06/2018 a 31/12/2018</u>
Proventos	(4.760)	(4.760)
Encargos sociais	(276)	(276)
Benefícios	(15)	(15)
Honorários da administração	(620)	(620)
Total	<u>(5.671)</u>	<u>(5.671)</u>

11 Outras despesas administrativas

	<u>Semestre</u>	<u>12/06/2018 a 31/12/2018</u>
Despesas com processamento de dados e comunicações	-	(11)
Despesas com contratação de serviços especializados	(5)	(5)
Outras despesas administrativas	(16)	(19)
Total	<u>(21)</u>	<u>(35)</u>

12 Despesas tributárias

	Semestre	12/06/2018 a 31/12/2018
PIS	(14)	(14)
COFINS	(84)	(84)
Outros	(3)	(3)
Total	(101)	(101)

13 Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social:

	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(3.712)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social	1.670
Adições/exclusões permanentes	(1)
Outros(i)	(185)
Imposto de renda e contribuição social do período	1.484

(i) Corresponde à diferença de alíquota da CSLL de 15% para 20% - conforme Lei nº 13.169/2015, em relação ao crédito tributário constituído sobre saldo de Base Negativa de CSLL.

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

	Saldo em 12/06/2018	Constituição / (Realização)	Saldo em 31/12/2018
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	-	1.484	1.484
Total dos créditos tributários	-	1.484	1.484

	Saldo em 30/06/2018	Constituição / (Realização)	Saldo em 31/12/2018
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	-	1.484	1.484

Total dos créditos tributários	<u>-</u>	<u>1.484</u>	<u>1.484</u>
---------------------------------------	----------	--------------	--------------

O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro acima contabilizado em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$1.484, foi constituído sobre prejuízo fiscal / base negativa da CSLL. A expectativa de realização dos Créditos Tributários sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social da Nu Financeira é de 1 ano com base nas projeções de lucros tributáveis.

14 Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição está autorizada a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é efetuada através da determinação de limites e do estabelecimento de estratégias de operação. Durante o período de 06 de junho a 31 de dezembro de 2018 a Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos.

15 Contingências

Em 31 de dezembro de 2018 a Instituição não possuía quaisquer ativos ou passivos contingentes, nem foi parte de qualquer demanda judicial no período de 12 de junho a 31 de dezembro de 2018.

16 Partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	<u>2018</u>
Ativo	
Depósitos em moeda eletrônica – Nu Pagamentos S.A.	5
Passivo	
Letras de Cambio - Nu Fundo de Investimento	2.505
Valores a pagar - Nu Pagamentos S.A.	1.533
Resultado	
Despesas com folha de pagamento – Nu Pagamentos S.A.	(3.969)
Despesas com honorários da administração	(620)
Recursos de aceites cambiais - Nu Fundo de Investimento	(5)

Todas as transações com partes relacionadas foram realizadas em condições de mercado.

17 Outras informações

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<u>2018</u>
Disponibilidades	234
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>234</u>

b. Estrutura de gestão de riscos e capital

A gestão de riscos é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno. O gerenciamento de riscos é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; e
- A carteira de clientes é administrada considerando as melhores relações de risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

O processo de gestão de riscos permeia toda a Instituição, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e demais reuniões internas, definem os objetivos globais da Companhia, incluindo o apetite de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis no Brasil e devidamente evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico da Instituição.

O controle dos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle

centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital estão disponíveis para acesso público no site: <https://nubank.com.br/docs/nubank-estrutura-de-gerenciamento-de-riscos.pdf>

c. Risco de Crédito

A possibilidade de ocorrência de perdas associadas: ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização ou redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia do tomador ou contraparte; aos custos de recuperação de exposições deterioradas; e às vantagens concedidas ao tomador ou contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia.

A estrutura de controle e gestão do risco de crédito deve ser centralizada e independente das unidades de negócios. É de sua responsabilidade estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito inerente a todos os produtos, verificar níveis de concentração, estimação da perda esperada de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação. Os processos, rotinas e procedimentos de gerenciamento de risco de crédito são submetidos a avaliação periódica quanto à sua adequação, de forma independente, pela área de Auditoria Interna.

d. Risco Operacional

A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui-se à esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados a cada área de negócio, mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais.

Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. O controle do risco operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas.

e. Risco de Liquidez

O risco de liquidez, conforme Resolução 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O controle do risco de liquidez é feito na Diretoria de Gerenciamento de Riscos, área independente das áreas de negócio. É de sua responsabilidade identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo.

O controle do Risco de Liquidez considera todas as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, incluindo as associadas a serviços de liquidação, a prestação de avais e garantias, e a linhas de crédito e de liquidez contratadas e não utilizadas.

São controlados os limites definidos de ativos de alta qualidade de liquidez para suportar cenários de estresse, de acordo com a Declaração de Apetite por Riscos (RAS). Os cenários de estresse definem condições adversas nas variáveis que impactam a necessidade de caixa. O monitoramento é feito diariamente, estimando os fluxos de caixa futuros decorrentes de seus ativos e passivos, com reportes gerenciais tempestivos para a diretoria da instituição e para a gestão de liquidez.

O Plano de Contingência de Liquidez é um documento interno, revisto anualmente, que estabelece responsabilidades, estratégias e procedimentos, para enfrentar situações de estresse. O Plano é aprovado visando garantir uma estrutura de caixa compatível com o porte das obrigações, assegurando a sobrevivência mesmo em cenários adversos.

f. Risco de Mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, devido à variações em taxas de juros, índices de preços, preços de ações, variação cambial e preços de mercadorias (commodities).

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável pela mensuração e avaliação de risco, monitoramento de limites e reporte de risco para as unidades de negócios. O risco de taxa de juros é mensurado e mantido dentro de limites definidos.

g. Gestão de capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo prever o capital necessário para suportar o crescimento da instituição e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de Patrimônio de Referência (“PR”), de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos pelas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional e ao necessário para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta, conforme disposto pela Resolução nº 4.557/17.

O quadro a seguir demonstra a apuração do Patrimônio de Referência e seu requerimento. Como a instituição está em início de atividade, (i) não foi observado saldo substancial para a parcela de Ativos Ponderados ao Risco de Crédito (RWA CPAD), e (ii) a parcela de Ativos Ponderados ao Risco Operacional (RWA OPAD) foi calculada a partir das estimativas constantes do plano de negócios, conforme estabelecido pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil.

	<u>2018</u>
Patrimônio de Referência (PR)	76.288
Nível I	76.288
Capital Principal	76.288
Ativos ponderados ao Risco (RWA)	88.957
Risco de Crédito (RWA CPAD)	455
Risco de Mercado (RWA MPAD)	-
Risco Operacional (RWA OPAD)	88.502
PR Mínimo Requerido	9.340
Margem PR	66.948
Índice de Basileia	85,8%

18 Eventos subsequentes

Em 2 de janeiro de 2019 a Nu Financeira S.A. realizou a primeira emissão de operação de crédito direto ao consumidor e em 11 de fevereiro de 2019 esse produto foi anunciado ao público. Em 27 de março de 2019, o saldo das operações de crédito totalizou R\$10 milhões. Esse produto está em processo de lançamento gradativo para os clientes da marca Nubank.